

Associação move ações contra escolas

Reclamação é contra indexação mensal pelo IPC-r e aumento acima da inflação em março

CARIN HOMONNAY PETTI

A Associação Intermunicipal de Pais e Alunos de São Paulo está movendo ações contra seis colégios paulistanos na tentativa de impedir aumentos nas mensalidades superiores à variação dos custos das escolas. Isso porque a maior parte dos estabelecimentos de ensino decidiu ignorar o artigo 4º da Medida Provisória 887, que limita os reajustes à variação das despesas. Os contratos dos colégios que seguem a orientação do Siecep, o sindicato das escolas particulares paulistas, prevêem a correção automática mensal com base na inflação apurada pelo IPC-r.

Para resolver a situação, o governo deverá editar nova MP proibindo os aumentos mensais das parcelas. Mesmo que isso ocorra, a Associação não desistirá das ações. Entre os colégios processados estão o Pentágono, Batista

Brasileiro e Rio Branco, diz o presidente da entidade, Mauro Bueno.

Ele alega na Justiça que, ao estabelecer uma anuidade para 95, as escolas encontraram uma forma de driblar o congelamento legal das mensalidades até março. E explica: da anuidade vão descontar as parcelas de janeiro e fevereiro. A quantia obtida será corrigida pelo IPC-r acumulado de julho a fevereiro — variação correspondente ao aumento dos professores, com data-base em mar-

ço, em São Paulo. O número apurado dividido por 10 corresponderá à mensalidade do mês que vem.

O resultado de tantas contas são mensalidades mais salgadas, conclui Bueno. "Na maior parte das escolas foram registrados aumentos reais na anuidade de 95 em relação a 94", diz. "Ao não reajustar as parcelas em janeiro e fevereiro os colégios apenas adiaram os aumentos, que serão compensados nos meses seguintes".

Bolsas — Estudar de graça num colégio particular é difícil, quando não impossível. Grande parte das escolas só oferece bolsa integral para filhos de funcionários, o que é obrigatório. O restante dos alunos em má situação financeira tem de se contentar com descontos, muitas vezes não superiores a 20%. E isso só quando a solicitação é aceita. Para alunos novos a situação é ainda pior. Raramente eles têm direito a abatimen-

tos. Veja como alguns colégios tratam o assunto:

■ **Arquidiocesano:** além da situação financeira, a escola considera o desempenho do estudante para conceder descontos de 5 a 90%.

■ **Pueri Domus:** os descontos não

costumam ultrapassar 30% e são estudados caso a caso. Há abatimento para irmãos.

■ **Rio Branco:** no final de cada ano, os pais podem solicitar bolsa, que varia de 20 a 50%. Cobra menos de irmãos.

■ **Bandeirantes:** descontos temporários são possíveis em caso de desemprego ou morte de um dos pais; o tamanho é negociado caso a caso.

■ **Equipe:** pais podem solicitar abatimentos de 10 a 20%.

BOLSA DE
ESTUDO SÓ EM
CONDIÇÕES
ESPECIAIS